

AS MULHERES NO COMÉRCIO INFORMAL E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU¹

Carla Frederico Hopffer²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral investigar as contribuições das mulheres para desenvolvimento econômico sustentável na Guiné-Bissau, mostrando o desafio diário de mulheres para garantir o sustento da família e na educação dos filhos por meio de trabalho informal. Com base nos objetivos específicos, buscou-se identificar o papel do Estado com o setor informal da economia da Guiné-Bissau. Ademais, mapearam-se as razões que levam as mulheres a recorrerem ao trabalho informal. Observou-se que, devido à cultura do trabalho, somada às ofensivas neoliberais implementados na década de 90, escancarou as chamadas “velhas” e “novas informalidades” na Guiné-Bissau, relegando as mulheres atividades específicas, em especial as atividades informais, com “aptidões domésticas” em função de serem mulheres. Paradoxalmente, ao engrossarem nessas funções, passaram a ocupar o protagonismo na economia da Guiné-Bissau, reexistindo às colonialidades do patriarcado e/ou machismo existente no bojo da divisão sociosexual e internacional do trabalho. Quanto ao plano metodológico, a elaboração do trabalho baseou-se na metodologia qualitativa. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio dos instrumentos que debatem as temáticas relacionadas as mulheres que atuam no setor informal. Contudo, apesar de existirem homens no comércio informal, é notável a predominância das mulheres nas atividades “não tipicamente capitalista”³.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável - Guiné-Bissau; setor informal (Economia) - Guiné-Bissau; trabalhadoras - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This study had the general objective of investigating women's contributions to sustainable economic development in Guinea-Bissau, showing the daily challenge women face in ensuring their family's livelihood and raising their children through informal work. Based on the specific objectives, we sought to identify the role of the State in the informal sector of Guinea-Bissau's economy. Furthermore, the reasons that lead women to resort to informal work were mapped. It was observed that, due to the work culture, added to the neoliberal offensives implemented in the 90s, the so-called “old” and “new informalities” in Guinea-Bissau were exposed, relegating women to specific activities, especially informal activities, with “domestic skills” depending on being women. Paradoxically, as they became more active in these functions, they began to occupy a leading role in the economy of Guinea-Bissau, re-existing the colonialities of patriarchy and/or machismo existing within the socio-sexual and international division of labor. Regarding the methodological plan, the preparation of the work was based on qualitative methodology. To this end, a bibliographical survey was carried out using instruments that discuss topics related to women who work in the informal sector. However, although there are men in informal trade, the predominance of women in activities that are “not typically capitalist” is notable.

Keywords: female workers - Guinea-Bissau; informal sector (Economy) - Guinea-Bissau; sustainable development - Guinea-Bissau.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB.

³ São relações de trabalho não assalariado, geralmente constituído de pequeno porte, denominados “de fundo do quintal” e que não estão relacionados a compra e venda da força de trabalho. Incorpora uma parte significativa de trabalho informal. Cf. Vaz, 2018.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas relacionadas à *reexistencia*⁴ e ao mulherismo nos estudos das relações internacionais têm sido notáveis recentemente, isto é, nas últimas décadas, devido à crescente demanda de agentes e/ou atores sociais motivados pela implementação de políticas públicas voltadas para essas populações, que historicamente foram subalternizadas e invisibilizadas em decorrência das formas de opressão (simbólicas, sociais) e colonialidades existentes em suas formas mais perversas em comunidades. Por outro lado, observa-se na academia as epistemologias do Norte, extremamente marcadas por um olhar positivista e eurocêntrico, com abordagens teóricas universalizantes. No entanto, cursar disciplinas na Unilab, além de proporcionar ao estudante o repertório teórico voltado para suas comunidades, possibilita uma abordagem afrocentrada e holística da economia, da política e da sociedade.

A razão dessa assertiva também abre precedente para o entendimento de que a inserção dos estudos do gênero foi tardiamente introduzida na academia, em especial nos estudos de relações internacionais, pelo fato de que na ocasião “os cientistas sociais estadunidenses⁵, de modo geral, sustentavam a convicção que os problemas sociais poderiam ser resolvidos pela ciência e o que se entendiam como ciência aqui é, principalmente, *hard science* (Isquierdo, *s.d*, p. 8)”, baseada na ideia da razão instrumental, invisibilizando outras áreas. Isso, na prática, comprometia o diálogo com outras áreas de conhecimento, dificultando a implementação de políticas públicas. Entre outros, “[...] alguns teóricos, como Mongenthau, estavam motivados pelo objetivo de defender a autonomia da investigação racional em oposição às ideologias totalitárias⁶ (Isquierdo, *s.d*, p. 8)”.

De igual modo, analisado o cotidiano de inúmeros países africanos, tanto no plano doméstico como internacional, a política externa e suas diplomacias, pouco se fez sobre esse fenômeno, e, não obstante, depreende-se que estudos concernentes ao gênero e suas novas abordagens, a exemplo na sociedade guineense, encontram-se ainda em estágio incipiente, pois o entendimento que se tem sobre o gênero na sociedade (senso comum) é que se trata de características biológicas tipicamente atribuídas aos sexos masculino e feminino, visto que encarece a sociedade o acesso a debates acadêmicos e educação cívica (formação do homem e do cidadão), ambos ainda considerados um tabu. Por isso, a categoria sexo é mais empregada nas pesquisas acadêmicas e nos diversos debates domésticos.

⁴ Entende-se a reexistência como continuidade de existência.

⁵ Com exceção da Escola de Chicago.

⁶ Ideias totalitárias que o autor quis se referir é idealismo, o que é uma visão distorcida do conceito.

Com base nessas considerações, entende-se que, em função dos costumes e tradições locais, ancorados na ancestralidade dos costumes locais de "ver para crer" existentes na sociedade, há uma confluência com o positivismo da academia de ciências sociais estadunidenses e das influências do iluminismo kantiano, da razão (instrumental) e do progresso. Isso fez com que algumas atividades, inclusive aquelas relacionadas ao sexo, fossem igualmente negligenciadas e impactadas negativamente, impossibilitando avanços sobre políticas de gênero e classe na esfera social. Um exemplo disso é a situação da força de trabalho feminina, historicamente ligada à subserviência na divisão sociossexual e internacional do trabalho. Em outras palavras, percebe-se que, ao longo das gerações, as mulheres vêm ocupando espaços e modalidades específicos, muitas vezes associados a habilidades domésticas, e, conseqüentemente, preteridos em relação aos homens.

Nesse sentido, as teorias de relações internacionais são essenciais para elucidar "o modo como funciona o sistema internacional e sua natureza, bem como os acontecimentos e atores mais relevantes que, com suas ações, moldaram a política mundial" (Bonachela, 2017; Pecequillo, 2012). É o que será abordado no texto, nas questões concernentes ao Estado, o liberalismo e o neoliberalismo econômico implementado na Guiné-Bissau e o afrouxamento do Estado-Nação (do estado centralizado ao estado mínimo), diante da emergência de atores internacionais como FMI, OMC, Banco Mundial, entre outros, e os temas da interdependência econômica, ajustamento estrutural, porosidade das fronteiras internas e fluxos externos.

No entanto, novos estudos podem ajudar a compreender o impacto dessas modalidades de trabalho praticadas pelas mulheres na sociedade africana, como o caso das mulheres africanas no comércio informal global, denominadas por Vaz (2018) (2013) de "sacoleiras globais". Essas mulheres traçam rotas transatlânticas e transasiáticas, mesmo atuando de modo aparentemente "gratuito", ao abastecer consumidores finais e/ou mercados locais em países africanos, comprando em mercados como São Paulo, Singapura, Guangzhou, Dubai, Tailândia, entre outros. No entanto, elas têm sido invisibilizadas na economia de mercado e nas estruturas de cadeias globais de valores, ao mesmo tempo em que são discriminadas nos estudos da Organização Internacional do Trabalho e por outros atores internacionais provenientes do consenso de Washington, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Também é importante destacar as trabalhadoras que atuam exclusivamente no território nacional, ou seja, restritas à dimensão local. Essa modalidade é frequentemente

denominada de "bideiras"⁷ na Guiné-Bissau por Inzali (2018) ou "revendadeiras de peixes" por Domingues (2000), entre outras ocupações examinadas por especialistas nessa temática, as quais serão exploradas ao longo do texto.

A dinâmica social descrita acima é apenas um dos exemplos de (re)existência das mulheres em meio a uma multiplicidade de eventos, sendo que esse cotidiano pode ser observado em diversos segmentos das sociedades, tanto naqueles cujos sujeitos estão inseridos no setor formal da economia quanto no setor informal, incluindo as atividades domésticas. Isso significa que, no âmbito da historicidade, quando se trata de privilégios e hierarquização da mulher guineense, certas categorias analíticas como a questão da colonialidade, do patriarcado e do positivismo merecem atenção especial, pois são categorias determinantes e catalisadoras da naturalização dos papéis de gênero e da ocupação de determinados espaços na sociedade e/ou no mercado de trabalho. Portanto, pretende-se neste estudo, localizar exatamente tais categorias analíticas, como o mulherismo africano (Njeri, 2019) e o (des)emprego, a fim de compreender as origens dos privilégios sistêmicos na sociedade guineense e, ao mesmo tempo, possibilitar o traçado de eventuais mecanismos de implementação de políticas públicas capazes de mitigar as desigualdades sociais existentes.

Por conseguinte, essas são apenas algumas das modalidades reservadas às mulheres guineenses no contexto da divisão sociossexual do trabalho, e não cabe aqui aprofundá-las devido à multiplicidade de categorias que constituem a heterogeneidade, resultando na reprodução social de suas comunidades. Isso abre espaço para a discussão sobre o patriarcado, muito presente na literatura do feminismo negro, bem como no mulherismo africano, este último com novas abordagens. Nessa linha de reflexão, nos possibilita identificar o lugar do machismo e do patriarcado na sociedade guineense e, ao mesmo tempo, incentivar os pesquisadores a desenvolverem pesquisas que os identifiquem. No caso deste estudo, privilegia-se a questão do desenvolvimento e da interseccionalidade entre gênero, sexo e classe social vivenciada nessa antiga colônia portuguesa.

1.1 UMA EXPERIÊNCIA GERACIONAL DO TRABALHO E (RE)EXISTÊNCIA

O presente trabalho se baseia em outras referências que tratam de temas relacionados ao reconhecimento dos direitos das mulheres e sua contribuição na sociedade guineense. Nesse sentido, é importante destacar que o motivo da escolha dessa temática é de meu

⁷ Em língua local guineense "crioula" significa Mulher comercializa de no setor informal gêneros alimentícios, como peixe, frutas, legumes entre outros.

interesse pessoal, que desde adolescente praticava essa modalidade de trabalho informal no país. Essa prática teve início com a minha avó materna, foi herdada pela mãe e, conseqüentemente, pela filha (pesquisadora). Durante seu percurso nesse ramo de trabalho informal, foi possível perceber o cotidiano exaustivo e as estratégias de comercialização engendradas por elas para subsistirem como mulheres, vítimas dos impactos provocados pela ingerência do estado e pelo desemprego estrutural crônico. Elas precisavam acordar ao romper da madrugada para colocar em prática suas atividades de venda de mercadorias.

Além disso, é relevante ressaltar que o itinerário de viagem é uma espécie de *viacrúcis* em deslocamentos aos países vizinhos da sub-região, nomeadamente Gâmbia e Senegal, para adquirirem produtos como roupas, calçados, roupas íntimas, entre outros, para revender em Bissau aos consumidores finais nas lojas ou diretamente na residência dos clientes. Esse processo de compra em um mercado para abastecer em outro faz com que elas exerçam uma função de retroalimentar o capitalismo global.

Durante o breve período nesse ramo de trabalho informal, eu passei por experiências semelhantes às que essas mulheres enfrentam dia após dia. Viajei diversas vezes para o país vizinha, Gâmbia, para comprar roupas e depois revender em Bissau. Apesar de perceber o quão exaustivo é esse percurso, jamais desisti, pois cresci observando as mulheres praticarem esse trabalho sem depender de homens, fazendo de tudo para colocar alimento na mesa e contribuir para a formação de seus filhos. Isso serviu de motivação e inspiração para mim (a pesquisadora).

Esse relato é apenas um pequeno exemplo da resiliência de gerações de mulheres. Sendo assim, espera-se que o presente estudo possa desvelar a realidade visceral vivida por essas mulheres e proporcionar ao leitor uma visão holística da categoria de trabalho (in)formal e sua centralidade na sociedade guineense.

1.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO, INSTRUMENTOS METODOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO

Dada a importância que o trabalho informal representa na sociedade guineense, o presente trabalho traz à luz a contribuição das mulheres nessa sociedade e evidenciar a desigualdade de gênero no país. Apesar disso, ao analisar historicamente, especialmente no contexto das sociedades africanas e nas periferias da globalização, onde o trabalho feminino é fundamental para muitas famílias que resistem às forças hegemônicas, é primordial reconhecer a força de trabalho das mulheres como parte essencial do cotidiano. Este estudo

concentra-se na análise da força de trabalho das mulheres na Guiné-Bissau, intitulado: “As mulheres no comércio informal e no desenvolvimento econômico sustentável na Guiné-Bissau”

Esta temática, na prática, apresenta um desafio significativo para a pesquisadora, que, sendo uma mulher guineense pertencente à camada subalternizada e invisibilizada da sociedade, teve que se distanciar do seu próprio grupo de estudo para compreendê-lo profundamente. Isso se deve ao fato de que, embora familiar, a temática é profundamente complexa quando a pesquisadora faz parte do grupo pesquisado. Portanto, o contexto sociocultural das "comunidades" exigiu da pesquisadora uma abordagem transversal e multidisciplinar durante a pesquisa, com um olhar atento para as questões (pós)coloniais, a fim de detectar e compreender adequadamente o objeto de estudo. Assim, para superar interpretações polissêmicas e a homonímia em relação ao papel da mulher na sociedade guineense ou à "centralidade das mulheres" no comércio informal, foi necessária uma revisão bibliográfica.

Em termos metodológicos, este estudo realizou um levantamento bibliográfico por meio de instrumentos que abordam as temáticas relacionadas, baseando-se, portanto, em um método qualitativo. Segundo Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos. A pesquisa qualitativa preocupa-se em aprofundar a compreensão de um grupo social e de uma organização (Fonseca, 2002, p. 20).

O estudo baseia-se em outras referências que tratam de temas relacionados ao reconhecimento dos direitos das mulheres e suas contribuições na sociedade. Nesse contexto, espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir para mudar a percepção da sociedade guineense em relação às mulheres e jovens que atuam no mercado informal, e que a sociedade possa enxergar esse trabalho como uma cultura laboral capaz de impulsionar o crescimento econômico do país, levando em consideração os direitos sociais das mulheres.

Portanto, entre outras observações, foram investigados a partir de uma revisão bibliográfica o papel das mulheres na sociedade local e a demonstração do lugar reservado às mulheres na sociedade guineense, examinando a pragmática da força de trabalho feminina em diversos segmentos, com base na literatura especializada. Em razão disso, procurou-se responder à pergunta inicial: Se esses segmentos da economia, bem como a força de trabalho feminina guineense, contribuem para o desenvolvimento sustentável do país? Hipoteticamente, a resposta foi positiva, dada a realidade de que as mulheres representam uma força ativa na economia informal dentro de um país onde o índice de desemprego, tanto

formal quanto informal, é considerado elevado. Contudo, a resposta foi embasada em uma revisão bibliográfica focada em resultados alcançados por pesquisas anteriores e recentes sobre as mulheres na economia informal e nos estudos sobre a participação da mulher na política guineense. (Vaz, 2018); (N'Zalé, 2018).

Em função disso, este estudo posicionou-se numa linha de análise transversal, apoiando-se nas categorias analíticas que serviram de premissa para se chegar à conclusão, tais como sexo dos sujeitos, atividade econômica praticada e suas contribuições para o desenvolvimento do país. No entanto, não se pretende aprofundar a discussão sobre o conceito de desenvolvimento neste estudo, mas orientar o entendimento do que Amartya Sen (2001) define como desenvolvimento como liberdade. Segundo Sen (*apud* Vaz, 2013), o desenvolvimento está sob o primado de dois elementos principais, que são: capacidades [*capabilities*] e funcionamentos. A primeira refere-se à efetiva liberdade que um indivíduo tem para escolher diferentes estilos de vida entre as alternativas possíveis, enquanto a segunda representa as condições físicas e de segurança alimentar para estar bem nutrido.

Conforme Sachs (2008, p. 36): “o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”. Não obstante o autor prossegue ressaltando que “[...]o conceito de desenvolvimento sustentável foi refinado, levando a importantes avanços epistemológicos (Sachs, *idem*, p.36)”.

Portanto, neste estudo, a sustentabilidade assume um caráter meramente social, coadunando com Abramovay (2023, s/p), quando diz que: o conceito de desenvolvimento preconizado por Amartya Sen (*idem*) se alinha ao de desenvolvimento sustentável de Sachs (2023, sp), que afirma de forma categórica que “[...] o desenvolvimento é uma noção ética, não um processo puramente econômico. Ampliar a oferta de bens e serviços é fundamental na luta contra a pobreza”⁸.

1.3 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DEMOGRÁFICA DA GUINÉ-BISSAU

Localizada na costa ocidental da África, entre Senegal (ao norte) e Guiné-Conakry (a leste e ao sul), e a oeste pelo Oceano Atlântico, a Guiné-Bissau possui uma superfície de 36.125 km² e uma população de 2.150.842 habitantes. A parte continental e as ilhas dos Bijagós são constituídas por 88 ilhas que compõem este território insular situado na Guiné-

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/08/ignacy-sachs-muito-antes-do-desenvolvimento-sustentavel.shtml> acessado em 10 de Jan de 2024

Bissau, onde 51% da população é representada por mulheres. Segundo o relatório da UNIOGBIS (2020), as mulheres representam 51% da população na Guiné-Bissau e constituem uma força de trabalho socialmente invisibilizada no tecido social, como indicado no mapa a seguir:

Figura 1 - Mapa da Republica da Guiné-Bissau



Fonte: http://www.vidiani.com/maps/maps_of_africa/maps_of_guinea-bissau/full_political_map_of_guinea-bissau.jpg Acesso em: 27/03/2024.

A incapacidade do Estado e dos sucessivos governos de aproveitarem a vantagem comparativa de cerca de um milhão de terras aráveis, de sua costa oceânica e de sua rede fluvial constituída por rios, é evidente. Se houvesse investimento em infraestrutura, considerando que já contam com um quadro técnico razoável e experiência em agricultura familiar monitorada pelos projetos DEPA, a mecanização agrícola poderia ser importante tanto para reduzir a insegurança alimentar quanto para gerar empregos.

Além disso, com sua localização geográfica privilegiada no Golfo da Guiné, a região tem potencial para se tornar um produtor de recursos minerais. Estudos recentes indicam que todos os países localizados no golfo apresentam um enorme potencial de reservas de petróleo e gás, como as recentes descobertas em Marrocos e Senegal. Nesse sentido, a empresa estatal PetroGuin afirma estar avançando para a perfuração em locais *offshore* (alto mar) onde se acredita existir petróleo.⁹ A Guiné-Bissau conta com 14 blocos petrolíferos *offshore*, dos

⁹ Afirma o ministro dos Recursos Naturais da Guiné-Bissau, Malam Sambú. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-preve-realizar-primeiro-furo-de-petroleo-em-julho_n1555299 acesso 10 de jan 2024

quais 11 possuem licenças atribuídas, além de cinco blocos *onshore* (na zona continental). Com suas vantagens comparativas, como os recursos haliêuticos (pesca e animais marinhos), solos aráveis e uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, a transformação estrutural é necessária, Segundo Lopes (2020) o ajustamento estrutural trouxe impactos negativos na economia do país, tornando-lhe dependente de comércios e serviços, concomitantemente com menos capacidade de industrialização, permitindo o desemprego crônico e a falta de investimentos aumentam a dependência das mulheres para garantir a sobrevivência.

2 TRADIÇÃO AFRICANA, E REEXISTENCIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE GUINEENSE

O gênero é uma categoria socialmente construída que encontra sua funcionalidade em sociedades específicas. Em muitas sociedades, especialmente as orientais, o conceito não se configura de modo automático, pois está em processo de construção. Em função disso, ainda não é tomado como uma representação social e, portanto, não pode ser universalizado, uma vez que não remonta à história das sociedades africanas pré-coloniais, embora esteja em processo de construção. Essa perspectiva pode ser encontrada nas palavras de Oyeronke Oyewumi (*apud* Alves *et al.*, 2016, p. 3).

As categorias de gênero eram um tipo de 'nova tradição' biológica que o colonialismo europeu institucionalizou na cultura Iorubá, bem como em outras culturas. Para a autora, a 'questão da mulher' é ocidental, e não uma lente por meio da qual se possa visualizar a sociedade africana. Ela repensa o gênero como uma construção ocidental, *The Invention of Women* oferece uma nova maneira de entender tanto a cultura Iorubá, quanto as culturas ocidentais. Oyewumi revela uma ideologia do determinismo biológico no coração das sociais categorias do Ocidente - a ideia de que a biologia fornece a justificativa para organizar o mundo social. E, no entanto, ela afirma que o conceito de 'mulher', central para essa ideologia e para os discursos ocidentais sobre gênero, simplesmente não existia na cultura Iorubá, onde o corpo não era a base de papéis sociais.

A afirmação de Oyewumi (*apud* Alves, mesma fonte), sobre a introdução da "nova tradição biológica", é uma abordagem que remete às diversas sociedades africanas introduzido pelo colonialismo. Na sociedade guineense, por exemplo, a figura da Rainha Okinka Pampa, uma proeminente guerreira na sociedade Bijagós, ilustra a perseverança e é um símbolo do mulherismo, representando também o valor simbólico da ancestralidade presente no matriarcado e na matrilinearidade encontrada nas linhagens "*Djorsons*", que fazem parte do

mosaico étnico guineense. No entanto, com a chegada do colonizador, foi introduzido o patriarcado. Oyewumi (mesma fonte, 2016, p. 4) discute o motivo pelo qual isso não condiz com as culturas africanas, afirmando que:

[...] a estrutura patriarcal colonial alterou as estruturas sociais e políticas da sociedade Ioruba. Antes da colonização, havia chefes do sexo feminino e funcionários em toda a terra Iorubá mas os britânicos nomearam homens africanos como chefes para transferir o poder judicial da comunidade para o conselho de chefes do sexo masculino (Oyewumi, 1997, p. 124-5). Assim, as mulheres Iorubás emergiram como uma categoria identificável, definida por seu gênero e, em seguida, tornaram-se subordinadas aos homens.

Com base na análise dos papéis sociais, observa-se que, longe de ser uma ampla discussão teórica nas sociedades africanas, o patriarcado está enraizado nas estruturas sociais. O que se torna evidente em todas as sociedades são as oposições entre os sexos masculino e feminino, assim como as posições sociais ocupadas por eles na sociedade guineense. Essas oposições não são exclusivas da cultura do trabalho guineense; ao contrário, são elementos das contradições do capitalismo contemporâneo, que hierarquiza os lugares de subserviência no mercado de trabalho. Essa hierarquização se estende desde subcontratações até funções preteridas, jornadas exaustivas e trabalhos informais e precários.

Como mencionado acima, paradoxalmente, o trabalho informal praticado pelas mulheres tem contribuído significativamente para o crescimento econômico e sustentável do país, embora não as isente das atividades precárias. A situação das mulheres guineenses é de extrema pobreza; no entanto, elas perseveram, praticando seus trabalhos informais, como venda de peixe, legumes, roupas e outros produtos essenciais, para garantir alimentação e investir na educação de seus filhos. É perceptível que, por meio do trabalho informal dessas mulheres, suas famílias não passam fome e não dependem exclusivamente do dinheiro do marido. Enquanto os homens, quando não ocupam cargos gerenciais e/ou admirativos, estão envolvidos em relações de trabalho esporádicos e/ou intermitente (contratados a trabalhar em determinados períodos, ou épocas), tais como: bicos (freelancers) em setor construção civil, auxiliar de serviços gerais, mecânica, prestação de serviços, outras atividades braçais, porém menos rentável, quando comparado ao setor de comércio, predominantemente ocupado pelas mulheres de diversas faixas etárias.

Apesar da significativa contribuição perceptível do trabalho informal praticado pelas mulheres, muitas vezes não são reconhecidas pela sociedade como as que geram economia para o desenvolvimento econômico e sustentável do país.

É imperativo afirmar que, em quase toda a sociedade guineense, o papel das mulheres como "chefes de família" tem crescido consideravelmente no país, por três principais fatores fáceis de serem identificados: instabilidade crônica, êxodo rural e enxugamento do funcionalismo público. Ambos foram provocados pelo reajustamento estrutural, que impulsionou as mulheres a trabalharem em funções domésticas, tanto próximas quanto fora de casa, para conquistar independência econômica e proporcionar o melhor para suas famílias. No entanto, por serem mulheres, raramente são reconhecidas como chefes de família (provedoras), e suas contribuições são quase apagadas, especialmente quando são casadas, atribuindo o status de chefe de família ao homem, mesmo que ele não contribua em nada para o lar.

Dessa forma, é importante destacar que o principal fator que leva essas mulheres a recorrerem a essa fonte de renda para garantir o sustento de suas famílias baseia-se na falta de responsabilidade do Estado em cumprir suas obrigações básicas de pagar salários dos funcionários. Isso faz com que muitas mulheres, mesmo trabalhando na área formal, encontrem no mercado informal uma saída para garantir principalmente alimentação e educação de seus filhos. Essa percepção sobre o Estado é destacada por Gomes (2008):

Estado não consegue honrar os seus compromissos básicos, inclusive o pagamento regular dos salários e onde mais de 70% da população activa opera no sector informal da qual a maior parte das famílias depende, directa ou indirectamente, a economia informal apresenta-se como a mais simples e a menos burocrática, contribuindo de forma decisiva para a resolução imediata dos problemas quotidianos de sobrevivência das populações como a alimentação, o emprego, a saúde e a escolaridade. (Gomes, 2008, p.05).

Nesse contexto, o comércio informal tem sido a solução para as mulheres garantirem o mínimo de suas necessidades e combaterem a pobreza, conquistando independência financeira com o objetivo de sempre colocar comida na mesa para suas famílias, como aponta Lima, citado por (OIT, 2006). Sendo assim, o trabalho informal é visto como uma ocupação honrosa e honesta, que, quando bem-sucedida, confere ao trabalhador categorias de livre-arbítrio, igualdade, segurança e dignidade. Isso evidencia a importância desse trabalho e a necessidade de valorização e reconhecimento por parte da sociedade, além de garantia e proteção de direitos pelo governo.

É imperativo destacar que historicamente, a expressão "setor informal" foi adotada e popularizada na década de 70 pela OIT em estudos sobre a situação econômica do Quênia (OIT, 1972), como observado por Lima (2017, p. 27). Isso revela uma concepção por parte de atores internacionais, conforme afirmado por Lautier, citado por Vaz (2018):

Lautier (2004) a afirmar que a expressão "economia informal" refere-se a uma invenção das instituições internacionais (Banco Mundial e OIT) para designar realidades muito diferentes (comércio de rua, tráfico de drogas, o trabalho não declarado em grandes empresas e emprego doméstico), podendo incluir o ilegal, ilícito e legal como distintas formas de sobrevivência, dependendo das condicionalidades do estado e o controle num critério bastante seletivo e relativo, porque há situações em que algumas atividades são parcialmente formais e em outros casos ela assume alguns aspectos informais, a exemplo das revendedoras de produtos de beleza (Natura) (Lautier *apud* Vaz, 2018, p. 87).

A interseccionalidade entre ser homem e atuar em atividades formais, e, por outro lado, ser mulher e atuar em segmentos informais, é naturalizada nesse processo de resistência e divisão social de funções, representando o cotidiano do país.

Na sociedade contemporânea, ao analisar o contexto africano, Rosaldo (1974, p. 19-20) citado por Oyèwúmi (2000, p. 4), ressaltou que em certas realidades africanas, a maioria das mulheres é submissa aos seus maridos, mesmo sendo elas quem ocupam a maior parte das despesas, como alimentação, acumulação de dinheiro e comercialização em mercados distantes e importantes. Mesmo quando se aproximam de seus maridos, as esposas devem fingir ignorância e obediência, ajoelhando-se para servir aos homens quando estes se sentam. Há que considerar também os aspectos religiosos.

Da mesma forma, esses atos de submissão da mulher ao seu marido são encontrados na Guiné-Bissau. Enquanto os homens são considerados detentores do poder de decisão e ocupam lugares de destaque, mesmo com a recente implementação da política de paridade no parlamento nacional, os desafios ainda são considerados desencorajadores. Tudo isso é resultado de uma educação baseada em uma cultura machista e insensível, como evidenciado na citação a seguir sobre o período de luta pela libertação nacional que culminou com a independência. Liderado pelo P.A.I.G.C.¹⁰ assentado no princípio revolucionário:

[...] a posição das mulheres era de grande atraso. Para cumprimentar o marido, ela chegava ao ponto de se ajoelhar diante do marido. Enquanto trabalhava nos campos, o marido ficava em casa. Ela trabalhava até ao pôr do sol, regressava a casa, preparava e servia-lhe a refeição, ia buscar água para o marido se lavar. Era bastante submissa. O Partido lutou contra todos esses aspectos negativos da nossa tradição e conseguiu eliminar muitos deles. Agora já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos. No passado os homens de religião muçulmana recusavam que as esposas participassem em reuniões do Partido. Recusaram-se uma, duas, três vezes, mas à quarta tiveram de aceitar porque as mulheres insistiram. Elas estavam interessadas em ouvir e saber o que se passava. Agora as mulheres fazem parte dos comités de “tabanka” e chegam a ser eleitas presidentes desses comités. Os homens já aceitam que as mulheres participem em reuniões e compreendem a importância e porque é que o Partido insiste nessa questão (Gomes, 2015, p. 9 -10).

¹⁰ Partido Africano para a independência da guiné e Cabo verde

Entretanto, a explicação acima descrita reflete no conservadorismo existente, e o trabalho informal surge como o álibi para as mulheres conquistarem suas liberdades, visto pela sociedade como um espaço reservado para elas, considerando o sistema patriarcal que o país incorporou. Isso acaba criando barreiras que as impedem de ocupar lugares de privilégio. Além disso, o baixo nível de escolaridade também é resultado de uma estrutura patriarcal, um fardo que limita o acesso delas aos seus direitos.

Nesse contexto, espera-se que uma pesquisa com uma abordagem decolonial possa iluminar as injustiças sociais existentes na sociedade, historicamente veladas no cotidiano, além de trazer relevância social e proporcionar um impacto acadêmico significativo, de modo que a sociedade e as instituições públicas possam ter uma visão generosa e digna sobre a modalidade de trabalho informal das mulheres. Essas funções, que historicamente têm sido preteridas pelos homens e concomitantemente reservadas às mulheres na sociedade guineense, estão presentes em quase todas as esferas de tomada de decisões.

Na infância, os meninos são educados para serem futuramente os responsáveis pela família, considerados chefes e protetores do lar. Enquanto isso, as meninas são educadas para serem donas de casa, exercendo atividades associadas às habilidades domésticas e/ou cuidadoras do lar, sendo ensinadas a se submeterem ao companheiro. Pode-se dizer, então, que o sistema patriarcal é uma autoridade masculina que legitima a opressão das mulheres por meio de instituições políticas, legais, econômicas, culturais, religiosas e militares (FFA, 2007, p. 9).

Nesse sentido, pode-se afirmar que uma sociedade patriarcal e machista constrói mentalidades perversas sobre o ser feminino, retirando da mulher sua liberdade de decidir sobre si mesma. É importante destacar que essa realidade não é exclusiva dos tempos atuais; na Guiné-Bissau, por exemplo, ela remonta aos tempos de luta pela libertação nacional, como registrado por Gomes (2016, p. 127), que cita Cabral referindo-se ao problema dos casamentos forçados e à necessidade de educar as meninas para autonomizá-las e torná-las livres e aptas a fazerem suas próprias escolhas, tanto no trabalho quanto na vida privada.

O foco principal deste trabalho está nas mulheres que atuam no setor informal do país. Conforme aponta Gomes (idem), em Bissau, capital da Guiné-Bissau, o nível de pobreza entre as mulheres é de 35%, enquanto entre os homens é de 30%. Segundo a autora, as tendências indicam que o nível de pobreza entre as mulheres tem mais probabilidade de aumentar, uma vez que representam 51% da população do país, tendo seus direitos apagados pela sociedade.

Contudo, devido à falta de oportunidades, até mesmo aqueles com formação acadêmica superior recorrem ao trabalho informal para não dependerem e conseguirem o mínimo

necessário para suas necessidades. Nesse contexto, atualmente, é possível ver homens atuando no mesmo ramo de comércio que as mulheres, vendendo os mesmos produtos alimentícios. No entanto, é importante destacar que isso não os faz pensar de forma diferente em relação às mulheres; a sociedade parece ter determinado um lugar de superioridade para os homens. E se eles estão atuando na mesma área que as mulheres, é por falta de oportunidades de emprego.

2.1 MULHERISMO AFRICANO E ECONOMIA INFORMAL

Considerando as complexidades que a realidade africana apresenta, é importante notar que tais realidades podem exercer uma grande influência na determinação de certos hábitos e costumes relacionados às questões de gênero. Nesse contexto, surge a reflexão sobre outro termo que tem sido amplamente discutido nos últimos tempos: o "Mulherismo Africano".

Mulherismo Africano traz à tona o papel das Mães Africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios Maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, justiça, ordem e assim por diante (N Dove, 1998).

Diferentemente do feminismo africano, o mulherismo africano se preocupa com a preservação dos valores culturais que precisam ser transmitidos de geração em geração, além de enfatizar o papel de liderança das mães na construção desses valores.

Conforme observado por Katiuscia Ribeiro (2021)¹¹, o mulherismo africano representa uma identidade que salvaguarda a cultura negra, destacando o papel central das mulheres na organização de suas comunidades. O mulherismo busca defender a raça e reconectar o povo negro por meio das histórias que os unem de forma racial. De fato, as mulheres eram fundamentais nas sociedades africanas antes da colonização, preservando suas culturas.

Diante da desigualdade de gênero existente no país, as mulheres têm lutado para encontrar meios de sobrevivência econômica e de alcançar independência. Muitas vezes, suas contribuições para a sociedade são apagadas por um sistema patriarcal e machista. Em muitas famílias, a mulher é vista apenas como esposa, ocupando um papel social limitado, sem ser reconhecida como alguém capaz de ter valor além do casamento e das tarefas domésticas. Em resumo:

As práticas discriminatórias que pesam sobre as mulheres e as constroem a um papel doméstico têm fundamentalmente a ver com a importância atribuída ao

¹¹ <https://www.geledes.org.br/katiuscia-ribeiro-explica-o-mulherismo-africano-proposta-emancipadora/>

casamento na sociedade guineense, sobretudo para a mulher. Ao longo da sua vida, a mulher guineense é educada e preparada para o casamento, fazendo disso o seu objetivo primário. Para um bom cumprimento dessa função, ela muito cedo é ensinada a ser submissa e acreditar que precisa de alguém para tomar conta dela (Fala de Mindjer, 2018, p. 47).

Essas práticas discriminatórias começam desde a educação básica, onde o sexo feminino é designado a determinados papéis na sociedade. A vida das mulheres é reduzida ao casamento, sendo esperado que uma menina seja obediente ao marido e saiba cozinhar bem para ele. Na nossa sociedade, é comum dizer que "a mulher que sabe cozinhar já está pronta para se casar, pois será capaz de cuidar da casa, dos filhos e do homem". Esse último ponto está ligado a uma noção de superioridade, em que o homem é considerado aquele que sai para trabalhar, mesmo que não tenha emprego, enquanto a mulher é condicionada a ficar em casa.

2.2 DIVISÃO SÓCIO SEXUAL DE OCUPAÇÕES NA SOCIEDADE GUINEENSE CONTEMPORÂNEA

Pode-se dizer que uma sociedade patriarcal e machista constrói mentalidades perversas sobre as mulheres. Por conseguinte, a mulher é retirada da sua liberdade de decidir sobre si mesma. Vale lembrar que este fato não é apenas dos tempos atuais, portanto, no caso da Guiné-Bissau esta realidade se fazia sentir desde os tempos de luta pela libertação nacional como se lê em: “Cabral se referia ao problema dos casamentos forçados e para a necessidade de educar as meninas como forma de as autonomizar e de torná-las livres e aptas a fazerem as próprias escolhas, quer no trabalho, quer na vida privada” (Gomes, 2016, p. 127).

Destaca-se esse trecho do texto da Patrícia Godinho Gomes para mostrar como as mulheres são impedidas de ter a sua própria autoestima perante uma sociedade. Se esta ideologia do líder do partido da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde fosse posta em prática para educar as meninas de igual modo que os meninos, não haveria tanto desigualdade de gênero na região, nem a visão estereotipada com relações às mulheres em toda esfera de tomada de decisões no país. Portanto, a capacidade das meninas sempre é posta em dúvidas no sistema patriarcal, principalmente no que se refere à aptidão para fazer as suas próprias escolhas de ser o que bem entender pelas suas vidas.

Vale lembrar o fato apontado por Gomes (2016) sobre o discurso dito por Amílcar Cabral, falando da importância da contribuição das mulheres para tirar o país das mãos dos colonizadores, principalmente quando este disse “A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (Gomes, 2016, p. 79). O líder da luta da

libertação nacional reconheceu os valores duma mulher na construção duma nação, ou seja, a referida luta exigia de forma imprescindível a participação equitativa entre homens e mulheres.

Apesar de tal necessidade citada pelo Cabral (idem), as mulheres não foram reconhecidas, depois da independência suas contribuições foram ocultadas por força do poder patriarcal que se instituiu e não deseja ter mulher como companheira profissional, mas sim como esposa e cuidadora dos deveres domésticos.

A despeito disso, a economia de mercado, política e de ajustamento estrutural vieram a se somar a uma estrutura patriarcal existente, reforçando as desigualdades, e criando as chamadas novas informalidades, conforme análise de Vaz (2018):

Portanto, isso significa que, com a flexibilização das formas e forças do trabalho implementadas a partir de medidas de ajustamento estrutural, ampliou-se ainda mais atividades informais, [...] Por isso, além do aumento do desemprego, as mudanças conduziram à ampliação de trabalhos não tipicamente capitalistas, a exemplo das empresas familiares de “fundo de quintal”, agricultura familiar; cooperativas de mulheres, e do tipo de comércio praticado pelos ambulantes ou bideiras (quituteiras), entre outras tantas atividades “informais” que vem surgindo e que reforçam a persistência e importância do papel desempenhado por esse tipo de atividades na economia nacional e de seu povo. Estas manifestações de trabalho estão presentes nos centros urbanos combinando as novas e velhas práticas. (Vaz, 2018, p. 78)

A análise de Vaz (idem) desnuda a realidade socialmente construída entre ser mulher e seu espaço de trabalho e a precarização do trabalho. De tal modo que a marginalização no mercado de trabalho formal e na modalidade de trabalho se explica pelo número de mulheres que ocupam o setor informal da economia. O que significa destacar que, se a velha informalidade está relacionada à modalidade do trabalho ancestral (atividades antigas), a nova informalidade é o resultado ajustamento estrutural. Nesse processo, as mulheres enfrentam, no mercado formal, inúmeros desafios impostos pela sociedade machista e patriarcal que subalterniza seus direitos de disputarem espaços em igualdade de direitos e condições. Como é frisado no observatório do Brasil sobre desigualdade de gênero, há mais possibilidade de que mulheres regressem às suas casas e se responsabilizem pelos trabalhos domésticos do que homens, tudo indicando que a sociedade depreende o homem como detentor de renda para o desenvolvimento econômico de um país, e uma vez que as mulheres ocupem o lugar formal, isso vai impossibilitar a manutenção de uma trabalhadora doméstica.

Nesse contexto, é notável uma forte desigualdade de gênero entre as populações. Um estudo não muito recente mostra que, entre as 764.672 pessoas consideradas pobres na Guiné-Bissau, 53,5% são do sexo feminino e 38,7% do sexo masculino. Dessas, foi constatado que

245.965 indivíduos são abrangidos pela pobreza extrema, dos quais 51% são mulheres e 49% são homens” (GOMES, 2008, p. 4). O estudo mostra ainda que a pobreza afeta mais as mulheres jovens com idade entre 15 e 35 anos e as idosas a partir de 65 anos.

A autora também trouxe em seu texto um apontamento muito interessante sobre o Mercado de Bandim, onde circula cerca de 1 milhão de dólares por dia. Mas, apesar disso, ainda é perceptível que nesse mercado a sociedade ainda é machista. De fato, diferentemente do Mercado de Bandim, no Mercado Central, a desigualdade de gênero é bem transparente, pois criaram lugares específicos que as mulheres podem e devem ocupar para venderem seus peixes, legumes, comidas, e outros produtos. Enquanto os homens ocupam “[...] mercado de roupas, música, material de construção e eletrodomésticos, carne, transporte de mercadorias, oficinas mecânicas e mercado cambial” (Gomes, 2008, p. 7).

No entanto, o trecho do texto acima citado da autora (idem) mostra como as mulheres são impedidas de ter a sua própria autoestima perante uma sociedade: “Se esta ideologia do líder do partido da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde fosse posta em prática para educar as meninas de igual modo que os meninos, não haveria tanto desigualdade de gênero na região, nem a visão estereotipada com relações às mulheres em toda esfera de tomada de decisões no país.

De acordo com Lima (2014), as mulheres guineenses desempenham múltiplas funções sociais no país, como mãe/educadora e responsável pelo sustento familiar. No entanto, apesar disso, seu esforço muitas vezes é esquecido devido às diversas responsabilidades que assumem, e quando têm um homem ao seu lado, a figura patriarcal tende a receber todos os créditos. De fato, essa dura realidade acaba levando as mulheres a se tornarem empreendedoras no mercado informal, criando pequenos negócios com o objetivo de garantir o sustento da família.

Segundo Lima, citado por Barros (2014), o setor informal na Guiné-Bissau é o segundo em termos de crescimento de “empregos informais” no país, logo após a agricultura, e esse padrão é observado não só na Guiné-Bissau, mas na maioria dos países africanos. Nessa sub-região do continente, o trabalho informal representa mais de 60% do emprego urbano e cerca de 25% do emprego em diferentes setores.

Contudo, apesar das grandes dificuldades em conscientizar a sociedade sobre o machismo existente, é por meio dos atores sociais que as comunidades têm encontrado alternativas às ideias realistas ou positivistas, preconizando uma abordagem construtivista (Adler, s.d). Portanto, como abordagem, o construtivismo, segundo Adler (s.d), é “[...] o modo pelo qual o

mundo material é formado pela ação e interação humana, dependendo de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material” (*Idem*, 203).

Nesse processo, espera-se encontrar uma dinâmica intersubjetiva para superar os impactos provocados pelo liberalismo e neoliberalismo na estrutura socioeconômica do país, especialmente na escassez de oportunidades no mercado de trabalho e no desemprego feminino (Lopes 2020; Vaz, 2018). Além disso, a temática tem sido explorada por pesquisadores do país para analisar as mulheres no setor informal da Guiné-Bissau, como exemplificado por "As mulheres do setor informal: suas experiências na Guiné-Bissau", somando-se aos resultados dos programas de ajuste estrutural e seus impactos na vida das mulheres em relação ao mercado de trabalho. Esses estudos são de grande relevância, pois permitem entender a vida das mulheres guineenses e suas contribuições econômicas para o país.

Como frisado por Martins (2022) sobre a atuação das mulheres em diferentes setores informais no país, a autora mostra que esse trabalho contribui significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB). O setor informal gera economia para o país. Entretanto, esse trabalho informal é pouco valorizado pela sociedade e pelo Estado. Porém, Martins, citada por Mendes (2022), demonstra que o trabalho informal tem grande relevância nas questões de fome em muitos países africanos, pois por meio desses pequenos negócios praticados pelas mulheres, as famílias conseguem evitar a fome.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se neste estudo que a premissa levantada anteriormente coaduna com os resultados, evidenciando que o setor informal da economia, predominantemente ocupado pelas mulheres, constitui a alavanca da economia do país. Com base na revisão bibliográfica pode-se concluir que, no que concerne às mulheres na sociedade guineense, é pertinente a criação de políticas públicas para mitigar as desigualdades sociais de sexo e de gênero existentes. Desse modo, é importante que sejam criadas políticas públicas e mecanismos que possam atender às demandas e auxiliar essas mulheres que contribuem significativamente para o aumento da economia do país.

Especialmente, é primordial que sejam implementados mecanismos capazes de atender às demandas das mulheres nas comunidades, tanto nas zonas urbanas quanto, principalmente, nas zonas rurais, consideradas as mais vulneráveis entre uma categoria já

estruturalmente vulnerável. O desenvolvimento deste trabalho permitiu perceber que, devido às agências de mulheres em diversos segmentos e nichos dos mercados informais, houve um avanço relativamente significativo no quadro socioeconômico, possibilitando-lhes superar as barreiras sociais impostas tanto pelo patriarcado quanto pelas estruturas do capitalismo.

É inquestionável que o setor informal é representado com maior percentagem pela camada feminina, que busca manter o bem-estar de suas famílias e que contribui de maneira significativa para o nível de escolaridade na Guiné-Bissau, investindo na educação de seus filhos para que tenham os privilégios de uma educação complementar que elas próprias não tiveram.

Acredito, por isso, que este estudo esclareceu alguns dos temas atuais e candentes na sociedade guineense, que é a coexistência entre ser mulher, trabalhar no setor informal da economia e contribuir para a reprodução social do país. Essa relação, que ao longo da história tem sido banalizada e invisibilizada, ainda expõe as mulheres a atividades monótonas, extremamente exaustivas e precárias. Apesar de haver contribuição dessa força de trabalho na sociedade, espera-se a presença de um Estado-Nação garantidor dos direitos fundamentais, especialmente direitos sociais, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança e previdência social.

Dadas as condições atuais impostas pelo neoliberalismo, espera-se tanto da compreensão dos atores sociais, essencialmente do Estado e dos governos, entender esse setor como o motor do desenvolvimento do país. Com isso, criar políticas de incentivo para as empresas, ou microempresas, informais que desejem fazer a transição para o setor formal é uma obrigação do Estado. A formalização poderia aumentar o leque de oportunidades de negócio para micro e pequenas empresárias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ignacy Sachs, muito antes do "desenvolvimento sustentável"**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/08/ignacy-sachs-muito-antes-do-desenvolvimento-sustentavel.shtml> . Acesso em: 3 ago. 2023.

ADLER, Emanuel. “**O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**”. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wtb8YfCjS5T3NsL4ZXtHnRR/?format=pdf&lang=pt> acesso, 12, jan, 2024.

AFF, African Feminist Fórum, **Carta de princípios feministas para as feministas africanas**. African Women's Development Fund. 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império** / Paulo Roberto de Almeida. – 3. ed. rev. - Brasília: FUNAG, 2017.

BONACHELA Fabio. S. **Diplomacia Econômica e as Relações Internacionais**. XVII Fórum de Análise de Conjuntura "As diferentes facetas da crise brasileira".2017
<https://www.marilia.unesp.br/#!/eventos/2017/xvii-forum-de-analise-de-conjuntura-as-diferentes-facetadas-da-crise-brasileira/trabalhos/> Acesso 12, de jan, 2024

DE GÊNERO, **Observatório Brasil da Igualdade**. "A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres." 2009

DOMINGUES, Maria, M. A. B. **Estratégias Femininas entre as badeiras de Bissau**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH. 2000.

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica. *Jornal De Estudos Negros*, Vol. 28, Nº 5, maio de 1998 515-539 © 1998 Sage Publications, Inc.

FALA DI MINDJER. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau, Bairro do Enterramento, 2018.

FIGUEIREDO, Angela & GOMES, Patrícia Godinho. *Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2016.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**, Universidade estadual do Ceará, 2002.

GABINETE INTEGRADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ NA GUINÉ-BISSAU. NA GUINÉ-BISSAU AS MULHERES É QUE GARANTEM O SUSTENTO DA FAMÍLIA. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/na-guin%C3%A9-bissau-mulheres-%C3%A9-que-garantem-o-sustento-da-fam%C3%ADlia>. Acesso em: 25/07/2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GOMES, Patrícia. Godinho. **A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo**: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes1. *Africa Development*, 41(3), 71-95. 20216

GOMES, Patrícia. **As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau**. comunicação apresentada no VI Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico África, puentes, conexiones e intercambios, Universidade de Gran Canaria. 2008.

GOMES, Patricia Alexandra Godinho. **As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau**. Universidade Federal da Bahia (UFBA). *Revista Odeere*, Bahia 2016.

LAUTIER, Bruno. **L'économie informelle dans Le tiers monde**. 2ª E.d. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

LIMA, Edilaneide Justiniano de. "**Comércio informal: um estudo sobre possíveis contribuições na economia e na renda familiar**." (2017).

LOPES, Carlos. **África em transformação: Desenvolvimento Econômico na era da Dívida**. Lisboa. Edições Tinta china. 1.edição, Março.2020.

MARTINS, R. S. (2022). **Participação das mulheres guineenses no mercado informal e suas contribuições para o crescimento da economia do país**.

NJERI, Aza, and Katiúscia RIBEIRO. "**Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira**." *Currículo sem fronteiras*., v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019

N'ZALÉ, Patricia. **Mindjeris bideras: trabalho informal, gênero e desenvolvimento social na Guiné-Bissau**. 2018

OIT. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Genebra, 1972.

OYÈWÚMI, Oyèronké Family bonds/Conceptual Binds: **African notes on Feminist Epistemologies**. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.

SANCA, Ilda. "**A inserção das mulheres no mercado do trabalho na Guiné-Bissau**." 2014.

VAZ, Paulo Gomes. **As muambeiras nos subterrâneos das cadeias globais de mercadorias: O caso das Sacoleiras Africanas no circuito comercial entre São Paulo (Brás) e Angola**. 211.Cadernos CERU, v. 24, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/87214> acesso: 07 abril de 2024

VAZ, Paulo Gomes. **As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

VAZ, Paulo Gomes. **Guiné-Bissau entre Familismo e a (des)mercantilização: Uma estratégia para a Igualdade Substantiva** In Estado, Proteção Social e Segurança Pública (Org) CHAVES, Sonia C.Lima; ROCHA, Julio Cesar de Sá; ZIMMERMANN. Salvador. Edufba, 2019.